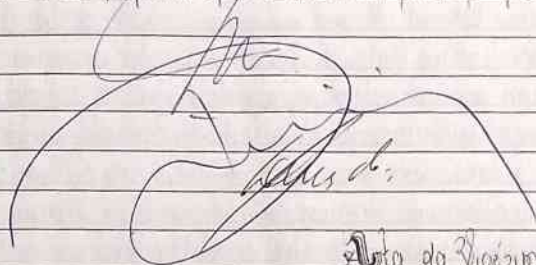


o para constar, mandei que se lances o presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação final, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.



Ata do Vigésimo Primeiro Sessão Ordinária do Segundo Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 21 de outubro de ano de 1993

Às dezessete horas do dia 21 de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Vereador Marcos da Rocha Mendes e com a supervisão da Secretaria Secretaria pelo Vereador Wílton Pereira da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após dezoito responderem a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Aires Bezerra de Figueiredo, Alfredo Luiz dos Reis Barreto, Antônio Carlos de Carvalho Junqueira, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Carlos Roberto Vaqueiro dos Santos, Evan Luiz de Araújo, Evir Dourado Elias, Iracema Schmitt, Luiz Antônio de Melo Póças, Orlando da Silva Junior, Osmar Sampaio da Silva e Silas Rodrigues Bento. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus e requir, foi lida e aprovada Ata da Vigésimo Primeiro Sessão Ordinária do Segundo Sessão Legislativa. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do seguinte: ET. 506/93 - TELERJ, assunto: em resposta ao Requerimento nº 141/93 de autoria do Vereador Wílton Pereira da Silva, e telegrama - Sr. Sr. Antônio Augusto da Previdência Social, assunto: em resposta ao Requerimento nº 149/93 de autoria do Vereador Wílton Pereira da Silva, Projeto de Resolução nº 035/93 de autoria do Vereador Iracema Schmitt, assunto: Confere Título de Habilitação Profissional ao Senhor Arístides Platônio Ramponah, Projeto de Resolução nº 024/93 de autoria do Vereador Orlando da Silva Junior, assunto: Confere Título de Habilitação

juize ao Senhor Nuno Marcos Florino, Projeto de Resolução nº 037/93 de auto-
ria do Vereador Vomar Sampaio da Silva, assunto: Concede Título de Cidadão
Cabopirense ao Senhor Eduardo Chamal Feijó, Projeto de Resolução nº 038/93, de
autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, assunto: Concede Título
de Cidadão Cabopirense ao Senhor Amary Napoleão Jordani, Projeto de Resolução
nº 039/93, de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, assunto:
Concede Título de Cidadão Cabopirense ao Senhor Willarmy Villar, Projeto de Reso-
lucão nº 040/93, de autoria do Vereador Orlando da Silva Pereira, assunto: Con-
cede Título de Cidadão Cabopirense ao Senhor Waldir Maurício de Aguiar Neto,
Projeto de Resolução nº 041/93, de autoria do Vereador Luiz Antonio de Melo
Poboa, assunto: Concede Título de Cidadão Cabopirense a Senhora Mariza Sidau
Furtado, Projeto de Resolução nº 042/93, de autoria do Vereador Vomar Sampaio
da Silva, assunto: Concede Título de Cidadão Cabopirense ao Senhor Sérgio Luiz da
Silva Santos, Projeto de Resolução nº 043/93, de autoria do Vereador Willel-
vo Costa Moraes de Carvalho, Projeto de Resolução nº 044/93, de autoria do Vere-
ador Aires Bezza de Figueiredo, assunto: Concede Título de Cidadão Cabopirense ao
Senhor Paulo da Silveira Pereira, Projeto de Resolução nº 045/93, de autoria do
Vereador Aires Bezza de Figueiredo, assunto: Concede Título de Cidadão Cabopirense
ao Senhor Antenor Valadão Neto, Projeto de Resolução nº 046/93, de autoria do
Vereador Eduardo Pereira Neto, assunto: Concede Título de Cidadão Cabopirense ao
Senhor José Rômulo Galhardo Filho, Projeto de Resolução nº 047/93, de autoria do
Vereador Antônio Carlos Pereira da Cunha, assunto: Concede Título de Cidadão Ca-
bopirense ao Engenheiro Luiz Cardoso, Projeto de Lei nº 056/93, de autoria do Vere-
ador Aires Bezza de Figueiredo, assunto: Quarta e in fine III ao Artigo 6º da Lei
nº 246 de 17 de Abril de 1984, Requerimento nº 171/93, Posição de Defesa dos
Direitos Humanos, assunto: requer Sessão Solene para Revogação Pública do Resolu-
ção nº 015 de 29/04/64, que cassara os direitos políticos dos Senhores Aldir José
de Souza e Maurício Bezza Teixeira, bem como de seus suplentes, Requerimento
nº 177/93 de autoria do Vereador Carlos Roberto da Queiroz dos Santos, assunto: Solicita
o envio de Expediente ao Sr. Sr. Senhor Instituto Municipal habilitando Comissão de
Indicação nº 169/93. Terminada a leitura do expediente, o Senhor Presidente por-
queou a Tribuna aos Vereadores insuantes em loro próprio. Como primeiro orador
insuante, empou a Tribuna o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barros do PT

que iniciando sua fala, disse que ainda estava intencional por ter acompanhado durante toda a madrugada pela televisão os departamentos da CPI do Desamonto, afirmando que o Brasil acompanhava com muito revolta, as revelações daqueles que haviam se apossado do dinheiro público. Opinou que os políticos que tinham a responsabilidade do Desamonto da União, nunca haviam priorizado as reais necessidades do povo brasileiro considerando que, o povo brasileiro deveria acompanhar como um elviro de evivismo o desmoronar da CPI do Desamonto, para não permitir que os verdadeiros culpados escapassem. Quanto as empreiteiras alienenadas, disse que a Andrade Gubierrez, estava associado para a construção do Projeto Snygas, falando a seguir, de sua preocupação, porque a região estava servindo para o enriquecimento de uma série de firmas empreiteiras e que noventa por cento de tais empresas não estavam registradas no Município, e a partir do dinheiro buscavam o livro de empréstimo mesmo buscando o Pódiro de Obras e Instalações Paralelas. Adiante, disse que os ações do Congresso Nacional, instalando CPIs, contra a corrupção deviam projetar-se para os Municípios, não com a intenção de "coltar ebulias" (sic) mas para a formação de uma consciência Nacional contra a corrupção. Prosseguindo, disse ser público e notório no Município a influência e a participação de alguns segmentos da iniciativa privada que tentavam influenciar o setor público. Prosseguindo, disse que na semana anterior havia falado sobre a coisa e, agora falava da Auto Viação Silinara, pois todos sabiam como havia crescido o poderio de tal empresa, na realidade um exemplo do máfio de transporte coletivo em todo o Brasil. Falou de que considerava das reais e fundadas esperanças, de que o Brasil realmente tinha feito, que era preciso acabar com a "balala" de que o País caminhava para o precipício, dando como exemplo o sólido crescimento da Economia Nacional, no que encerrou sua fala. A seguir, ouviu a Tribuna como último orador inscrito, o Vereador Paulo Roberto Albuquerque dos Santos do PSD, falando que também não poderia se faltar a fazer comentários sobre os departamentos da CPI do Desamonto, transmitidos pela televisão na dia anterior. Observou que algumas reflexões se faziam necessárias, desde o momento em que o Congresso chamou o Presidente Collor até aquele data. Falou que na época tinha certeza que muitos dos que haviam chamado o Presidente Collor, também não tinham a mesma dignidade para exercerem o mandato popular de Deputado ou Senador, mas prevalecia a pressão popular. Prosseguindo, disse que era ainda a per

ção popular o sindical que moveu os aires do Congresso quanto a comp-
ção. Disse que mais uma vez, para necessária uma denúncia para que os fatos
possam ser apurados, agora através de intervenção do Departamento de Orçamento
da União. Disse não ter dúvidas de que os fatos ocorridos no Congresso ainda
tiram o reflexo de uma política errada, e que o Brasil não iria se livrar dos
vinte anos de ditadura num simples estalar de dedos. Lembrou que em
outros países, os mesmos delitos eram no vazão, dando como exemplo
os escândalos da Transamazônica, Ferrovia do Ar, Canal do Arce e
que havia prevalecido dentro do Congresso o espírito de corpo e que era co-
mum em todas as Casas Legislativas. Falou que há dois anos a Câmara
de São João havia instaurado CPI para apurar a venda de mandatos
de Vereadores, o que ocorria agora no Câmara de Deputados, e, mesmo
sendo flagrante a ilegalidade do mandato de um Vereador, mesmo com
o relato da Comissão para que o mandato fosse cassado havia prevale-
cido o corporativismo. Prossequindo, disse o Vereador Carlos Roberto de
Aguiar dos Santos, que o sindical em busca da legalidade, o levava a outra
reflexão, de que a ideologia não dava caráter a ninguém, não bastando per-
tencer a este ou aquele partido. Quando entrou em relação ao seu discurso, fala
sobre a questão dos artesãos no Praia do Forte, e que no último período
eleitos haviam ocorrido pela maneira como a Prefeitura lidava com o assun-
to que era antigo, com diagnósticos feitos, com terapias estabelecidas,
mas novamente incorrendo nos mesmos erros e sem qualquer solução. Falou
que os artesãos precisavam ser respeitados, não aceitando que em algumas
de período tais trabalhadores fossem obrigados a mudar de local. Falou que
juntamente com o Vereador Alfredo Barreto e com o Vereador Juan, haviam
tentado dialogar com o Governo Municipal, tendo como alegação maior de
que o momento não era adequado para que os artesãos fossem removidos pa-
ra outra área. Ainda sobre o assunto, revelou que o Sindicato do Plástico que
tava dentro a rimação para outra área, visto a feira não ter espaço suficien-
te no Praia do Forte. Disse do risco de um conflito com consequências imprevis-
íveis, e que após vários atos a Prefeitura voltara atrás, na condição de que
quando o Mercado seria estabelecido um novo lugar. Disse que lamentava a Prefei-
tura não ter prosseguido com o diálogo e que a área prometida para o novo ter-
ço continuava tomada pelo mata, falando de sua preocupação com o problema de

de novos feriados, pelo que dirigiu apelo a Comissão do Governo para que o diálogo fosse restabelecido e um novo leial fosse de imediato aprovado para os eméritos não podiam ficar em situações que eram das mais angustiantes, pelo que encerrou sua pale. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao segmento dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Foram encaminhados a Comissão de Constituição e Justiça os seguintes Projetos: Projeto de Resolução nº 035/93, 036/93, 037/93, 038/93, 039/93, 040/93, 041/93, 042/93, 043/93, 044/93, 045/93, 046/93, 047/93 e Projeto de Lei nº 056/93. Aprovados os Requerimentos nº 171/93 e 172/93. Terminado o Ordem do Dia, e não havendo oradores para o uso da Tribuna em Explicação Geral, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus e para constar, manda que se levasse a presente Ata, que depois de lida, rubricada e aprovada, ficando aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

[Assinatura]
 Secretário

Ata do Vigésimo Segundo Reunião
 Ordinária do Segundo Período de
 Sessões da Câmara Municipal de
 Cabo Frio, realizada no dia 26 de
 outubro de 1993

As dezessete horas do dia 26 de outubro de ano de mil
 novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Vereador Marcos da Ro-
 cha Mendes, e com a suspensão do Primeiro Secretário pelo Vereador Adilson
 da Silva, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após
 duas, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Luiz Silva da
 Rocha, Adailton Pinto de Andrade, Aires Bessa de Figueiredo, Alcido Luiz da Rocha
 Branco, Antônio Carlos de Carvalho Lins de Azevedo, Antônio Carlos Pereira de Azevedo, Lu-
 is Roberto de Aguiar dos Santos, Eduardo Lourenço Neto, Ivan Luiz de Araújo, José Oscar
 Elias, Henrique Schmidt, Luiz Antônio de Melo Lopes, Wanda da Silva Gomes, Amor